

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coord.: José Reis
Um trabalho coletivo do CES

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coord.: José Reis
Um trabalho coletivo do CES



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

1290

UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sã
inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013

COMPETE
2020
PROGRAMA OPERACIONAL COMERCÍO E INOVAÇÃO

PORTUGAL
2020



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coordenador

José Reis

Editor

Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

Revisão Científica

Ana Cordeiro Santos, António Sousa Ribeiro, Carlos Fortuna, João Rodrigues, José Castro Caldas, José Reis, Pedro Hespanha, Vítor Neves

Revisão Linguística

Ana Sofia Veloso, Alina Timóteo

Design e Paginação

André Queda

Julho, 2020

Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UIDB/50012/2020.

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade dos/das seus/suas autores/autoras.

ISBN

978-989-8847-25-6

DESAFIOS À DEMOCRACIA: ESTADO DE EMERGÊNCIA EM TEMPO DE PANDEMIA INTERMITENTE*

Boaventura de Sousa Santos

A partir dos anos 1980 a onda global de privatização dos bens sociais colectivos – tal como a saúde, a educação, a água canalizada, a electricidade, os serviços de correios e telecomunicações e a segurança social – foram apenas a manifestação mais visível da prioridade dada à mercantilização da vida colectiva. O próprio Estado e a sociedade civil passaram a ser geridos e avaliados pela lógica do mercado e por critérios de rentabilidade do capital. A crescente promiscuidade entre o poder económico e o poder político foi reconfigurando a prática e as políticas do Estado e, com isso, a imagem que os cidadãos foram construindo sobre o Estado. Apesar das imensas diferenças de país para país, foram-se notando algumas transições epocais: do Estado de bem-estar para o Estado de mal-estar, do Estado protector para o Estado repressivo, da regulação estatal da economia para a regulação económica do Estado. Estas transições ocorreram ao mesmo tempo que se promoveu a democracia liberal como único regime político internacionalmente legítimo. A pandemia do novo coronavírus veio mostrar de maneira particularmente vincada duas realidades dissonantes. Por um lado, os Estados foram convocados a proteger os cidadãos das consequências sanitárias, sociais e económicas da pandemia. Não se tratou de uma escolha dos cidadãos, tratou-se do recurso à única instância existente. Por outro lado, quando a pandemia eclodiu, no início de 2020, a maioria dos Estados estavam totalmente despreparados para enfrentá-la e, portanto, para proteger os cidadãos.

A crescente tensão e até incompatibilidade entre as necessidades de acumulação de capital e o regime político tendencialmente dominado pela opinião da maioria fez com que a democracia fosse sofrendo sucessivos entorses, conduzindo ao que designei por democracias de baixa intensidade. A pandemia veio dramatizar dois imperativos principais. O primeiro, mais urgente, é a alteração na lógica económica e política subjacente às políticas públicas (saúde, educação, pensões, direitos dos trabalhadores, infra-estruturas). Não são custos, são investimentos no bem-estar das populações que serão cada vez mais atingidas por acontecimentos extremos. O segundo imperativo, de médio prazo, é a reforma do sistema político de modo a complementar a democracia representativa com a democracia participativa. A crescente incompatibilidade entre as necessidades de acumulação e os governos de maiorias está a distorcer e a capturar a democracia representativa. Isto só pode ser superado mediante políticas de orientação anticapitalista, anti-racista e anti-sexista suportadas por cidadãos e cidadãs politicamente organizadas em formas de democracia participativa, em complementaridade autónoma com os partidos políticos e democracia representativa. A prazo, estes devem transformar-se em partidos-movimento com controles de cidadania sobre as oligarquias partidárias.

* Por vontade do autor, este texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.